

Liberdade de escolha e percepção de elevado nível de corrupção no Brasil

DOI: <https://doi.org/10.32870/cl.v1i34.8142>

Andrieli Nadiesa Mühl*

ORCID: 0009-0008-8863-1857

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Evandro Camargos Teixeira*

ORCID: 0000-0002-6470-2103

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Resumo

O estudo analisa a relação entre liberdade de escolha e percepção de elevados níveis de corrupção no Brasil a partir dos dados da World Values Survey de 2018. O objetivo é compreender de que forma a sensação de liberdade de escolha, considerando suas dimensões política e econômica, se associa à maneira como os indivíduos percebem a corrupção. Foram utilizados microdados com informações socioeconômicas, demográficas e perceptivas, estimando-se um modelo Probit. Os resultados indicam associação positiva entre liberdade percebida e percepção elevada de corrupção, sugerindo que maior autonomia e senso crítico ampliam a capacidade de identificar práticas ilícitas. Essa evidência reforça o papel da liberdade como catalisadora da vigilância social e da exigência por integridade pública. Destaca-se a relevância de políticas que fortaleçam a transparência, as instituições e a equidade regional e social.

Palavras-chave: liberdade de escolha; percepção de corrupção; liberdade política; liberdade econômica; Brasil.

* Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Contacto: andrieli.muhl@ufv.br

**Possui doutorado em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduação em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Contacto: evandro.teixeira@ufv.br

Freedom of choice and perception of high level of corruption in Brazil

Abstract

The study analyzes the relationship between freedom of choice and the perception of high levels of corruption in Brazil, based on data from the 2018 World Values Survey. The objective is to understand how the sense of freedom of choice, considering its political and economic dimensions, is associated with how individuals perceive corruption. Microdata containing socioeconomic, demographic, and perceptual information were used to estimate a Probit model. The results reveal a positive association between perceived freedom and a high perception of corruption, suggesting that greater autonomy and critical awareness enhance the ability to identify unethical or illicit practices. This evidence highlights the role of freedom as a catalyst for social vigilance and the demand for public integrity. The study underscores the relevance of policies that strengthen transparency, institutions, and the reduction of regional and social inequalities.

Keywords: freedom of choice; perception of corruption; political freedom; economic freedom; Brazil.

Libertad de elección y percepción de alto nivel de corrupción en Brasil

Resumen

El estudio analiza la relación entre la libertad de elección y la percepción de altos niveles de corrupción en Brasil, a partir de los datos de la World Values Survey de 2018. El objetivo es comprender cómo la sensación de libertad de elección, considerando sus dimensiones política y económica, se asocia con la manera en que los individuos perciben la corrupción. Se utilizaron microdatos con información socioeconómica, demográfica y perceptiva, estimando un modelo Probit. Los resultados revelan una asociación positiva entre la libertad percibida y la alta percepción de corrupción, lo que sugiere que una mayor autonomía y conciencia crítica amplían la capacidad para identificar prácticas ilícitas o poco éticas. Esta evidencia resalta el papel de la libertad como catalizadora de la vigilancia social y la exigencia de integridad pública. El estudio enfatiza la importancia de políticas orientadas a la transparencia, el fortalecimiento institucional y la reducción de las desigualdades sociales y regionales.

Palabras clave: libertad de elección; percepción de corrupción; libertad política; libertad económica; Brasil.

Introdução

A corrupção pode ser compreendida como o uso indevido do poder público ou privado para obtenção de benefícios pessoais ou de terceiros, contrariando normas legais ou éticas (Lambsdorff, 2007). Esse fenômeno constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico e institucional, sendo mais frequente em contextos de baixa responsabilização, ineficiência administrativa e fragilidade institucional (Geddes & Ribeiro Neto, 1992; World Bank, 2020).

Embora também presente no setor privado (Tanzi, 1998), a literatura tende a concentrar-se no papel do Estado, uma vez que o abuso de poder por agentes públicos gera efeitos sistêmicos sobre a confiança

institucional e compromete o desenvolvimento econômico (Klitgaard, 1988; Treisman, 2000; Rose-Ackerman, 1999). Em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith já alertava que monopólios e concessões especiais concedidas pelo governo criam um ambiente favorável a práticas corruptas. De modo semelhante, Shleifer (1997) argumenta que a forma como os governos organizam suas instituições e exercem autoridade influencia diretamente a percepção da corrupção.

Dada a natureza velada e informal da corrupção, sua mensuração direta é desafiadora. Por isso, a percepção de corrupção, isto é, a forma como a sociedade avalia sua presença e intensidade, passou a ser amplamente utilizada como indicador substituto, especialmente em países com baixa transparência e fracos mecanismos de controle social (Asomah et al., 2023). O principal instrumento nesse sentido é o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), elaborado pela *Transparency International*, que atribui pontuações de 0, correspondendo à corrupção extrema, a 100, que indica elevada integridade.

Em 2018, o Brasil obteve 35 pontos e ocupou a 105ª posição entre os países avaliados, revelando uma percepção elevada de corrupção, principalmente na esfera pública, influenciada por escândalos políticos recorrentes e pela crescente desconfiança nas instituições (World Bank, 2017). A repetição de casos envolvendo desvio de recursos, clientelismo e impunidade enfraquece a legitimidade estatal e aprofunda o descrédito social (Ferraz, Finan e Moreira, 2008).

Diversos fatores socioeconômicos têm sido associados à percepção de corrupção, como renda per capita, escolaridade, desigualdade, cultura política e qualidade institucional (Husted, 1999; Asomah et al., 2023). Entre esses fatores, as liberdades política e econômica, frequentemente utilizadas como proxies adequadas de liberdade de escolha (Inglehart & Welzel, 2005; Welzel, 2013; Welzel & Inglehart, 2010; Acemoglu & Robinson, 2012), têm despertado crescente atenção, ainda que apresentem resultados ambíguos.

Nesse sentido, a liberdade de escolha constitui uma dimensão subjetiva dessas liberdades institucionais, ao expressar a percepção de autonomia e autodeterminação dos indivíduos, isto é, o grau em que acreditam controlar as decisões que afetam suas vidas (Inglehart & Welzel, 2005; Welzel, 2013). O conceito engloba tanto a possibilidade de participação democrática e expressão de preferências políticas quanto a autonomia para realizar escolhas econômicas e sociais dentro de um contexto institucional (Acemoglu & Robinson, 2012; McMann et al., 2020). Assim, pode ser entendida como uma medida perceptiva ampla das liberdades política e econômica, utilizada para capturar o sentido subjetivo de agência individual e controle sobre a vida (Welzel & Inglehart, 2010).

Mesmo democracias consolidadas enfrentam riscos. Rose-Ackerman (1999) argumenta que a ampliação da liberdade econômica pode gerar brechas para práticas corruptas, especialmente no financiamento político. Em contrapartida, Treisman (2000) e McMann et al. (2020) destacam que liberdades políticas e civis fortalecem a accountability e contribuem para reduzir comportamentos ilícitos. Por outro lado, Sung (2004) e Rock (2009) observam que democracias em estágios iniciais de consolidação podem apresentar o efeito inverso, com maior competição política, menor controle institucional e, conseqüentemente, mais clientelismo e corrupção. No Brasil, a Freedom House (2023) classifica o país como livre, indicando avanços em direitos civis, mas também persistência de desigualdades e fragilidade institucional. A Transparency International (2018) aponta percepção elevada de corrupção, reforçando o paradoxo entre ampliação das liberdades e aumento da desconfiança social.

Diante disso, o presente estudo busca investigar empiricamente a relação entre liberdade de escolha,

compreendendo dimensões política e econômica, e percepção de elevados níveis de corrupção no Brasil. Utilizando dados da World Values Survey referentes à sua sétima onda, realizada em 2018 no país, adota-se um modelo Probit para analisar de que forma diferentes graus de liberdade influenciam a maneira como os cidadãos percebem a corrupção.

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta as evidências teóricas e empíricas sobre a relação entre liberdade e percepção de corrupção. A terceira seção descreve a metodologia, destacando a base de dados, as variáveis utilizadas e o modelo econométrico. A quarta seção discute os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção reúne as conclusões, as implicações do estudo e as sugestões para futuras pesquisas.

Evidências Teóricas e Empíricas

A literatura sobre liberdade e corrupção tem evoluído em torno da ideia de que o grau de autonomia individual e a estrutura institucional moldam o modo como os cidadãos percebem práticas ilícitas e a legitimidade das instituições. De modo geral, entende-se que a liberdade política e a liberdade econômica interagem de forma complexa com a percepção de corrupção, podendo tanto reduzi-la quanto intensificá-la, a depender da qualidade institucional e do nível de desenvolvimento de cada país.

Autores clássicos como Klitgaard (1988) sustentam que a corrupção tende a crescer quando há monopólio de poder e pouca responsabilização, especialmente em contextos nos quais o controle social é limitado. Nesse sentido, a ampliação das liberdades políticas e econômicas pode funcionar como um mecanismo de contenção, na medida em que fortalece a transparência e o escrutínio público (Rose-Ackerman, 1999; Treisman, 2000). Sob essa ótica, a liberdade política fomenta a *accountability*, entendida como o conjunto de mecanismos que permitem à sociedade monitorar, avaliar e sancionar as ações dos governantes, além de promover a participação cívica e o pluralismo, elementos que reduzem a assimetria de informação entre Estado e sociedade (Acemoglu & Robinson, 2012; McMann et al., 2020).

Por sua vez, a liberdade econômica é compreendida como um ambiente institucional que favorece a concorrência, a previsibilidade regulatória e o respeito à propriedade privada (Chafuen & Guzmán, 2000; Goel & Nelson, 2005). Em contextos institucionais sólidos, tais condições limitam o poder discricionário dos agentes públicos e reduzem oportunidades de corrupção. No entanto, como observam Graeff e Mehlkop (2003), essa relação não é linear: em países em desenvolvimento, a liberdade econômica pode coexistir com altos níveis de corrupção quando as instituições não garantem mecanismos eficazes de controle e fiscalização.

As evidências empíricas reforçam essa ambiguidade. Paldam (2002) mostrou que a liberalização econômica e a integração internacional tendem a reduzir a corrupção em países com alta renda e estabilidade política, mas produzem efeitos nulos ou até negativos em economias com baixo nível de governança. De modo similar, Graeff e Mehlkop (2003) e Aidt (2009) identificaram que o impacto da liberdade econômica depende da maturidade institucional e da capacidade estatal de regular os mercados. Além disso, estudos como o de Goel e Nelson (2010) demonstram que os componentes da liberdade, como direitos de propriedade, abertura comercial e regulação, exercem efeitos diferenciados sobre a corrupção, o que reforça a importância de tratá-la como um fenômeno multidimensional.

Em relação à liberdade política, diversas pesquisas indicam que a democratização e o fortalecimento das instituições representativas reduzem a corrupção percebida, ainda que de forma não uniforme. Treisman

(2000) argumenta que o efeito positivo da democracia sobre o controle da corrupção se manifesta apenas no longo prazo, quando há consolidação institucional e cultura de responsabilização pública. Sung (2004) enfatiza que a combinação entre competição política e liberdade de imprensa é decisiva para reduzir práticas ilícitas, desde que acompanhada de transparência e independência judicial. Por outro lado, autores como Rock (2009) e Chowdhury (2004) observam que, em democracias recentes, a abertura política pode aumentar temporariamente a percepção de corrupção, em razão da maior exposição de escândalos e do fortalecimento dos mecanismos de denúncia.

Evidências mais recentes aprofundam essa visão. Asomah, Amankwah-Amoah e Chen (2023) identificaram que o aumento da liberdade política e econômica tende a reduzir a corrupção percebida em países com governança eficaz, mas amplia a percepção quando o Estado é incapaz de regular adequadamente o exercício dessas liberdades. Goel e Nelson (2010) também destacam que as políticas de liberalização e o crescimento da mídia independente têm papel central na percepção de integridade pública, embora seus efeitos sejam condicionados por fatores culturais e pelo nível de educação da população.

Na América Latina, alguns estudos apontam que a percepção de corrupção é influenciada pela desigualdade social e pela desconfiança nas instituições (Canache & Allison, 2005; Zechmeister & Zizumbo-Colunga, 2013). A ampliação das liberdades políticas, sem a correspondente capacidade de governança, pode aumentar a visibilidade de práticas ilícitas e, conseqüentemente, elevar a percepção de corrupção. Além disso, a dependência histórica de redes clientelistas e o baixo desempenho dos serviços públicos contribuem para a persistência de percepções negativas sobre a integridade governamental (Seligson, 2006).

Para o caso brasileiro, a literatura ainda é limitada em análises quantitativas que articulem liberdade e percepção de corrupção. Parte dos estudos adota abordagens teóricas ou institucionais. Daniel, Fritz e Fritz Filho (2018) ressaltam que o fortalecimento das liberdades civis e o acesso à informação ampliam a capacidade de denúncia e o controle social. Orlandi (2017) argumenta que restrições à liberdade econômica e um ambiente regulatório concentrado em poucos agentes reforçam incentivos à corrupção. Valente Neto (2003), por sua vez, associa a percepção generalizada de corrupção à fragilidade da legitimidade democrática e à baixa confiança institucional.

Em síntese, a literatura internacional e nacional revela que a liberdade de escolha influencia a percepção de corrupção de maneira ambígua e dependente do contexto institucional. Países com instituições sólidas e liberdade efetiva tendem a apresentar menor corrupção real e percepção mais estável, enquanto contextos de baixa governança e desigualdade transformam a liberdade em terreno fértil para a crítica social e para o aumento da percepção de corrupção.

Metodologia

Esta seção apresenta a base de dados, a construção das variáveis e o procedimento econométrico adotado para examinar a associação entre liberdade de escolha e percepção de elevados níveis de corrupção no Brasil.

Dados

Foram utilizados microdados da *World Values Survey* (WVS), sétima e última onda atualmente disponível, aplicada no Brasil em 2018. A WVS constitui uma das mais amplas e reconhecidas bases de dados internacionais sobre valores, percepções e atitudes sociais, abrangendo dimensões políticas, econômicas e culturais.

A amostra brasileira é probabilística e representativa da população adulta nacional, composta por 1.167 observações válidas, após a exclusão de respostas incompletas. A base oferece um conjunto diversificado de informações que permite analisar tanto características objetivas, como níveis de renda e escolaridade e inserção no mercado de trabalho, quanto percepções subjetivas relacionadas à liberdade individual, confiança nas instituições e valores morais e cívicos.

Estratégia Econométrica

A relação entre liberdade de escolha e percepção de corrupção é estimada por meio de um modelo Probit, apropriado para variável dependente binária. Nesse modelo, a probabilidade de o indivíduo declarar percepção de elevado nível de corrupção é função da principal variável explicativa de interesse, a liberdade de escolha, e de um conjunto de variáveis de controle demográficas, socioeconômicas e regionais. Os parâmetros são estimados por máxima verossimilhança, sob a suposição de normalidade do termo de erro latente.

A variável dependente assume valor igual a 1 quando o entrevistado atribui nota 10 ao grau em que considera o país afetado pela corrupção, e 0 quando a resposta varia de 1 a 9. Essa codificação é justificada pela distribuição empírica das respostas, que revela forte concentração no valor máximo, indicando percepção amplamente disseminada de corrupção. O valor extremo é interpretado como um julgamento consolidado sobre a integridade pública.

As variáveis utilizadas na estimação, juntamente com suas definições, codificações, categorias de referência e estatísticas resumidas, são apresentadas na Tabela 1. A principal variável explicativa de interesse é a liberdade de escolha, medida em escala de 1 a 10, derivada da questão sobre o quanto o indivíduo sente ter liberdade e controle sobre a própria vida. Essa variável é interpretada como proxy perceptiva da autonomia individual que reflete dimensões políticas e econômicas da liberdade (Inglehart & Welzel, 2005; Welzel, 2013). Essa medida permite capturar o grau em que o indivíduo percebe possuir controle efetivo sobre suas decisões, o que, em contextos de fragilidade institucional, pode ampliar a percepção de corrupção ao tornar mais evidente a distância entre autonomia subjetiva e restrições estruturais impostas pelo ambiente político e econômico.

O vetor de controles inclui idade e idade ao quadrado, para captar possíveis efeitos não lineares, além de sexo, estado civil e escolaridade, variáveis associadas à experiência social, ao engajamento cívico e à capacidade de avaliar instituições públicas (Anderson & Tverdova, 2003; Treisman, 2000). Incluem-se também classe social autorreportada, uma vez que o bem-estar econômico influencia tanto a satisfação com o Estado quanto a percepção de sua honestidade (Husted, 1999; Canache e Allison, 2005). A localização geográfica é controlada por dummies de macrorregião, dada a persistência de desigualdades regionais e diferenças de desempenho administrativo (Zechmeister & Zizumbo-Colunga, 2013).

A variável de religiosidade declarada é incorporada por refletir princípios morais e normas sociais internalizadas que podem gerar maior intolerância a práticas ilícitas (Seligson, 2006). O tipo de domicílio urbano ou rural é igualmente considerado, pois diferenças de exposição ao aparato estatal e à cobertura midiática podem afetar a forma como a corrupção é percebida.

Tabela 1. Variáveis utilizadas na estimação do modelo Probit

Variável	Descrição	Sinal Esperado
Corrupção	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 se a resposta do entrevistado é igual a 10 (se ele considera que há muita corrupção no Brasil) e 0, caso a resposta seja de 1 a 9.	Variável dependente
Liberdade	Variável contínua, mensurada em escala de 1 a 10, que expressa o nível de percepção de liberdade de escolha do entrevistado, abrangendo tanto a esfera política quanto a econômica. Trata-se de uma escala crescente, na qual valores mais elevados indicam maior percepção de liberdade individual.	(±) Indefinido
Sexo	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para homens e 0, para mulheres.	Negativo
Idade	Variável contínua que representa a idade em anos dos indivíduos, que varia na amostra entre 17 e 89 anos.	(±) Indefinido
Casado	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para indivíduos casados e 0, caso contrário.	Variável dependente
Ensino Superior	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 se o maior nível educacional alcançado pelo indivíduo tiver sido o ensino superior ou pós-graduação e 0, caso contrário.	Positivo
Branco	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 se o entrevistado se autodeclara branco e 0, caso contrário.	Positivo
Urbano	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para residentes em locais urbanos e 0, para locais rurais.	Positivo
Classe Baixa	<i>Dummy</i> que assume valor igual 1 se o entrevistado se declara da classe baixa, e 0 caso contrário	Negativo
Classe Média Baixa	<i>Dummy</i> que assume valor igual 1 se o entrevistado se declara da classe média baixa, e 0 caso contrário.	Negativo
Classe Média	<i>Dummy</i> que assume valor igual 1 se o entrevistado se declara da Classe média, e 0 caso contrário.	Negativo
Classe Alta (Referência)	<i>Dummy</i> que assume valor igual 1 se o entrevistado se declara da classe média alta ou alta, e 0 caso contrário.	-
Sudeste (Referência)	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para entrevistados residentes na região sudeste e 0, caso contrário.	-
Sul	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para entrevistados residentes na região sul e 0, caso contrário.	Negativo
Norte	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para entrevistados residentes na região norte e 0, caso contrário.	Negativo

Nordeste	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para entrevistados residentes na região nordeste e 0, caso contrário.	Negativo
Centro-Oeste	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 para entrevistados residentes na região centro-oeste e 0, caso contrário.	Negativo
Fedeus (Fé em Deus)	<i>Dummy</i> , que assume valor igual a 1 se o entrevistado acredita em Deus e 0, caso contrário	Positivo

Fonte: elaboração própria

A estimação foi realizada pelo método da máxima verossimilhança, e as probabilidades previstas foram derivadas da função de distribuição acumulada normal. Após a estimação, foram calculados os efeitos marginais para permitir interpretação substantiva dos resultados. Para variáveis contínuas, o efeito marginal representa a variação na probabilidade de percepção elevada de corrupção decorrente de um acréscimo unitário na variável explicativa, calculado na média das covariáveis. Para variáveis dicotômicas, corresponde à variação da probabilidade quando a variável passa de 0 para 1.

$$\frac{\partial P(Y_i=1|X_i)}{\partial X_i} = \Phi(\beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ij}) \cdot \beta_j \quad (1)$$

Onde, Φ é a função densidade de probabilidade da normal-padrão e β_j é o coeficiente da variável explicativa X_j .

$$\Delta P = \Phi(\beta_0 + \beta_j \cdot 1 + \sum_{l \neq j} \beta_l X_{il}) - \Phi(\beta_0 + \sum_{l \neq j} \beta_l X_{il}) \quad (2)$$

Os resultados das estimações e as análises de robustez, incluindo o uso de ponderadores amostrais da World Values Survey, erros padrão robustos e agrupamento por macrorregião, serão apresentados e discutidos na seção seguinte, dedicada aos resultados e à interpretação empírica.

Resultados e Discussão

Essa seção tem por finalidade a apresentação dos resultados encontrados na estimação do modelo econométrico e encontra-se dividida em duas subseções, sendo a primeira correspondente à análise descritiva e a segunda aos resultados econométricos.

Análise Descritiva

A análise descritiva é essencial para a compreensão inicial da amostra utilizada neste estudo, composta por 1.167 observações válidas. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das principais variáveis utilizadas na estimação do modelo econométrico, incluindo a variável dependente *Corrupção* (percepção de elevado nível de corrupção), a variável de interesse *Liberdade* (liberdade de escolha) e os demais controles sociodemográficos.

Em relação ao perfil da amostra, a média de percepção de corrupção (*Corrupção*) é de aproximadamente 0,86 indicando que a grande maioria dos participantes, aproximadamente 86% percebem a existência de elevado nível de corrupção. A variável que mede o nível de liberdade percebido (*liberdade*) apresenta uma média de 7,54, em uma escala de 1 a 10, sugerindo um nível relativamente elevado de percepção de liberdade entre os entrevistados.

Tabela 2. Estatísticas descritivas da amostra

Nome da Variável	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Corrupção	0,8577	0,3494	0	1
Liberdade	7,5415	2,5256	1	10
Sexo	0,4558	0,4982	0	1
Idade	43,0719	16,9011	17	89
Casado	0,5312	0,4992	0	1
Ensino Superior	0,1868	0,3899	0	1
Branco	0,4241	0,4944	0	1
Urbano	0,8628	0,3441	0	1
Classe Baixa	0,3316	0,4709	0	1
Classe Média Baixa	0,3084	0,4920	0	1
Classe Média	0,3367	0,4728	0	1
Classe Alta (Referência)	0,0231	0,1504	0	1
Sudeste (Referência)	0,4310	0,4954	0	1
Sul	0,1885	0,3912	0	1
Norte	0,0556	0,2294	0	1
Nordeste	0,2527	0,4347	0	1

Nadiesa N. & Camargos E.

Centro-Oeste	0,0719	0,2585	0	1
Fedeus (Fé em Deus)	0,9742	0,1583	0	1

Fonte: elaboração própria

Quanto à distribuição das classes socioeconômicas, 33,16% da amostra se autodeclara pertencente à classe baixa, 30,85% à classe média baixa e 33,68% à classe média, enquanto apenas 2,31% se identificam como pertencentes à classe alta (que congrega as categorias média alta e alta). Em relação ao nível de escolaridade, 18,68% dos entrevistados possuem, no mínimo, o ensino superior completo. A idade média da amostra é de aproximadamente 43 anos, com variação entre 17 e 89 anos. A maioria dos participantes é não branca (57,58%), reside em área urbana (86,29%), é casada (53,13%) e do sexo feminino (54,41%).

A variável Fedeus, utilizada como proxy de religiosidade, revela que 97,43% dos entrevistados se declaram religiosos. No que tange à distribuição regional, a maior parte da amostra reside na região Sudeste (43,10%), seguida pelo Nordeste (25,28%), Sul (18,85%), Centro-Oeste (7,20%) e Norte (5,57%). A Tabela 2, a seguir, apresenta a média da variável de liberdade de escolha, condicionada à elevada percepção de corrupção.

A Tabela 3 revela que a média do nível de liberdade percebido difere significativamente entre os grupos que percebem ou não a existência de elevado nível de corrupção. Indivíduos que percebem a existência de elevado nível de corrupção (*Corrupção* = 1) apresentam uma média de nível de liberdade de 7,75, enquanto aqueles que não percebem (= 0) têm uma média de 6,26. Esses são indícios, a serem atestados por meio da estimação econométrica, cujo resultados são apresentados na próxima subseção.

Tabela 3. Média condicional da variável de liberdade de escolha com relação à percepção de elevado nível corrupção

Percepção de Corrupção	Média (liberdade)	Erro Padrão
Percepção de nível de corrupção (valor 1 a 9)	6,2650	0,1870
Percepção de elevado nível de corrupção (valor igual a 10)	7,7532	0,0784

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Resultados Econométricos

A Tabela 4 apresenta os coeficientes e efeitos marginais estimados do modelo Probit, cujo objetivo é identificar os fatores que influenciam a probabilidade de o indivíduo perceber altos níveis de corrupção no Brasil. Os erros padrão foram estimados de forma robusta para controlar possíveis problemas de heterocedasticidade.

Tabela 3. Coeficientes e efeitos marginais estimados do modelo Probit para os determinantes da elevada percepção de corrupção no Brasil

Variável	Coeficientes	Efeitos Marginais
Liberdade	0,1184*** (0,0182)	0,0234*** (0,0035)
Classe Baixa	0,5961** (0,2740)	0,1048** (0,0433)
Classe Média Baixa	0,6724** (0,2736)	0,1147** (0,0408)
Classe Média	0,8256*** (0,2754)	0,1406*** (0,0412)
Ensino Superior	-0,1920 ^{NS} (0,1284)	-0,0406 ^{NS} (0,0290)
Idade	0,0106*** (0,0030)	0,0021*** (0,0006)
Branco	-0,2480** (0,1037)	-0,0479** (0,0196)
Urbano	0,0791 ^{NS} (0,1436)	0,0162 ^{NS} (0,0304)
Casado	0,0161 ^{NS} (0,0993)	0,0032 ^{NS} (0,0196)
Sexo	0,0979 ^{NS} (0,0976)	0,0193 ^{NS} (0,0192)
Fedeus (Fé em Deus)	0,7490*** (0,2519)	0,2099*** (0,0894)
Norte	0,5336** (0,2431)	0,0784** (0,0249)
Sul	0,1954 ^{NS} (0,1386)	0,0359 ^{NS} (0,0235)

Nadiesa N. & Camargos E.

Nordeste	0,5095*** (0,1279)	0,0866*** (0,0184)
Centro-Oeste	0,3570* (0,2015)	0,0584* (0,0265)

Fonte: elaboração própria

Nota: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$, NS (não significativo). Erros padrão robustos entre parênteses.

O principal resultado refere-se à variável *Liberdade*, que apresenta associação positiva e estatisticamente significativa com a percepção de corrupção. Um acréscimo de uma unidade na escala de liberdade aumenta em 2,34 pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo perceber elevados níveis de corrupção, mantendo constantes as demais variáveis. Assim, indivíduos que se sentem mais livres para decidir sobre suas próprias ações políticas, econômicas e sociais tendem a perceber com maior clareza as falhas éticas e institucionais do Estado. Esse resultado reforça a hipótese de que a liberdade, ao ampliar a autonomia e o senso crítico dos cidadãos, também intensifica sua capacidade de identificar práticas irregulares e questionar comportamentos inadequados no âmbito público.

A associação positiva entre liberdade percebida e percepção de corrupção não implica que sociedades mais livres sejam necessariamente mais corruptas, mas sim que nelas a corrupção se torna mais visível, debatida e denunciada. Como destacam Graeff e Mehlkop (2003), a liberdade econômica favorece a concorrência e reduz o poder discricionário do Estado, mas também aumenta o acesso dos cidadãos a informações sobre o funcionamento das instituições. Billger e Goel (2009) e Saha e Su (2012) reforçam esse ponto ao mostrar que sociedades mais abertas politicamente e economicamente tendem a apresentar percepções mais elevadas de corrupção justamente porque há mais transparência e maior capacidade de vigilância.

No contexto brasileiro, esse resultado reflete o que Filgueiras (2009) denomina paradoxo moral: a ampliação da liberdade fortalece a consciência ética da população e o escrutínio público, mas, ao mesmo tempo, eleva a percepção de que o sistema é permeado por irregularidades. A liberdade, portanto, não reduz diretamente a percepção de corrupção; ela a evidencia. Essa interpretação também é coerente com Anderson e Tverdova (2003), que argumentam que, em democracias consolidadas, cidadãos mais informados e com maior senso de autonomia confiam menos no governo porque possuem mais recursos para identificar falhas e cobrar *accountability*.

A magnitude do efeito é expressiva, considerando a média já elevada de percepção de corrupção no país, de aproximadamente 86% dos entrevistados. Isso indica que a liberdade exerce influência substantiva mesmo em um contexto no qual a percepção de corrupção é amplamente disseminada. Em vez de reduzir essa percepção, a liberdade parece intensificá-la ao funcionar como catalisadora da vigilância social e da consciência crítica dos cidadãos. Nesse sentido, a liberdade fomenta não apenas a autonomia individual, mas também o senso de responsabilidade coletiva e o desejo de integridade institucional, aspectos ressaltados por Acemoglu e Verdier (2000) ao discutirem o papel das instituições inclusivas no fortalecimento da ética pública.

As demais variáveis de controle reforçam a heterogeneidade da percepção social da corrupção. As classes

baixa, média baixa e média apresentaram efeitos marginais positivos de 10,48, 11,47 e 14,06 pontos percentuais, respectivamente, em relação à classe de referência (média alta/alta). Isso sugere que grupos com menor nível de renda e maior dependência de serviços públicos tendem a perceber mais fortemente as falhas institucionais (Ferreira e Borges, 2016; Banco Mundial, 2017). A variável Branco apresentou efeito negativo de 4,79 pontos percentuais, coerente com as desigualdades estruturais observadas por Telles (2003) e Hasenbalg (2005), indicando que grupos não brancos, mais vulneráveis socialmente, tendem a perceber de forma mais crítica as ineficiências estatais.

A idade apresentou efeito marginal positivo de 0,21 ponto percentual, evidenciando que a experiência acumulada ao longo do tempo tende a aumentar o ceticismo em relação às instituições, como também argumenta Husted (1999). As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste exibiram efeitos marginais positivos, o que sugere que a persistência das desigualdades regionais e o clientelismo local elevam a percepção de corrupção (Silva e Barreto, 2020; Couto e Arantes, 2009).

A religiosidade apresentou o maior efeito marginal do modelo, de 20,99 pontos percentuais, mostrando que indivíduos que afirmam ter fé em Deus possuem maior propensão a perceber elevados níveis de corrupção. Esse resultado pode estar relacionado à internalização de valores éticos mais rígidos e à rejeição moral a práticas ilícitas, em linha com as interpretações de Treisman (2000), Filgueiras (2009) e Daniel, Fritz e Fritz Filho (2018).

As variáveis ensino superior, sexo, estado civil e residência urbana não foram estatisticamente significativas. A ausência de efeito da escolaridade, também observada por Dridi (2014), indica que a formação formal, isoladamente, não é suficiente para alterar a percepção sobre corrupção, que parece depender mais de experiências sociais e valores culturais.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar a relação entre a percepção de liberdade de escolha, compreendida nas dimensões econômica e política, e a percepção de elevados níveis de corrupção no Brasil. Com base nos microdados da 7ª onda da World Values Survey, referente a 2018 para o Brasil, estimou-se um modelo Probit para examinar de que forma a liberdade percebida influencia a forma como os cidadãos avaliam o grau de corrupção no país. Partiu-se da hipótese de que, em contextos institucionalmente frágeis como o brasileiro, a liberdade não necessariamente reduz a percepção da corrupção, podendo, ao contrário, intensificá-la.

Os resultados confirmaram essa hipótese. A variável que representa a liberdade apresentou coeficiente marginal positivo e estatisticamente significativo, indicando que quanto maior a percepção de liberdade, maior também a probabilidade de o indivíduo considerar a corrupção como generalizada. Esse resultado sugere que a ampliação da autonomia individual e da consciência crítica torna os cidadãos mais atentos às falhas éticas e institucionais do Estado. Em sociedades onde há maior circulação de informações e maior possibilidade de expressão, a liberdade atua como catalisadora da vigilância social e do controle público, tornando a corrupção mais visível e menos tolerada.

As demais variáveis de controle revelaram padrões consistentes com a realidade brasileira. Indivíduos não brancos e pertencentes às classes mais baixas mostraram maior propensão a perceber níveis elevados de corrupção, refletindo desigualdades históricas e maior vulnerabilidade social. A idade também apresentou relação positiva com a percepção de corrupção, sugerindo que a experiência acumulada tende a aumentar o

ceticismo em relação às instituições. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as percepções se mostraram mais intensas que no Sudeste, indicando o papel das desigualdades regionais e das práticas políticas locais. Além disso, a religiosidade apresentou associação positiva, sugerindo que valores morais mais rígidos ampliam a sensibilidade diante de práticas ilícitas.

De modo geral, os resultados indicam que a liberdade, embora essencial para o funcionamento democrático, não é suficiente para reduzir a percepção de corrupção quando não há instituições sólidas e eficazes. A liberdade amplia a consciência crítica e a capacidade de fiscalização, mas somente o fortalecimento das instituições e dos mecanismos de controle pode transformar essa consciência em confiança e legitimidade política. A relação entre liberdade e percepção de corrupção, portanto, depende da qualidade das instituições e da efetividade das políticas públicas voltadas à transparência e à integridade.

A liberdade cumpre plenamente seu papel democrático quando acompanhada de instituições que assegurem *accountability*, igualdade de oportunidades e respeito aos direitos coletivos.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o uso de dados transversais, que não permite identificar relações causais com precisão. Além disso, a análise se restringiu ao Brasil em um único recorte temporal, o que limita a generalização dos resultados. Pesquisas futuras podem utilizar modelos dinâmicos e comparações internacionais para compreender como diferentes contextos institucionais e culturais influenciam a relação entre liberdade e percepção de corrupção.

Referências

- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. Crown.
- Acemoglu, D., & Verdier, T. (2000). The choice between market failures and corruption. *American Economic Review*, 90(1), 194–211. <https://doi.org/10.1257/aer.90.1.194>
- Aidt, T. S. (2009). Corruption, institutions, and economic development. *Oxford Review of Economic Policy*, 25(2), 271–291. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grp012>
- Anderson, C. J., & Tverdova, Y. V. (2003). Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies. *American Journal of Political Science*, 47(1), 91–109. <https://doi.org/10.1111/1540-5907.00007>
- Asomah, J. Y., Dim, E. E., Li, Y., & Cheng, H. (2023). What factors are associated with public corruption perception? Evidence from Canada. *Journal of Financial Crime*, 30(4), 524–544. <https://doi.org/10.1108/JFC-04-2023-0078> [Basel Institute on Governance](https://www.baselintitute.org/governance)
- Billger, S. M., & Goel, R. K. (2009). Do existing corruption levels matter in controlling corruption? Cross-country quantile regression estimates. *Journal of Development Economics*, 90(2), 299–305. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2008.07.006> [IDEAS/RePEc](https://ideas.repec.org/)
- Canache, D., & Allison, M. E. (2005). Perceptions of political corruption in Latin American democracies. *Latin American Politics and Society*, 47(3), 91–111. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2005.tb00320.x> [Wiley Online Library](https://onlinelibrary.wiley.com/)
- Chafuen, A. A., & Guzmán, E. (2000). Economic freedom and corruption. In G. P. O'Driscoll, K. R. Holmes,

- & M. Kirkpatrick (Eds.), *Index of Economic Freedom* (pp. 51–63). The Heritage Foundation.
- Chowdhury, S. K. (2004). The effect of democracy and press freedom on corruption: An empirical test. *Economics Letters*, 85(1), 93–101. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2004.03.024>
- Couto, C. G., & Arantes, R. B. (2009). A institucionalização das políticas de accountability no Brasil: Avanços e desafios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 37–67. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200003>
- Daniel, M., Fritz, K. B. B., & Fritz Filho, L. F. (2018). Os processos de corrupção no Brasil e a importância da ampliação das liberdades individuais para o fortalecimento da democracia. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas*, 6(2), 306–337.
- Dridi, M. (2014). Corruption and education: Empirical evidence. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 4(3), 476–493.
- Ferraz, C., Finan, F., & Moreira, D. B. (2008). Corrupção, má gestão e desempenho educacional: Evidências a partir da fiscalização dos municípios. *ANPEC – Área 11: Economia Social e Demografia Econômica*.
- Ferreira, A. B., & Borges, A. (2016). Corrupção, mídia e opinião pública no Brasil: Uma análise dos efeitos da exposição a escândalos políticos. *Opinião Pública*, 22(3), 568–598. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223568>
- Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: Uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15(2), 386–421. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005> SciELO
- Freedom House. (2023). *Brazil: Freedom in the World 2023*. <https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2023> Freedom House
- Geddes, B., & Ribeiro Neto, A. (1992). Institutional sources of corruption in Brazil. *Third World Quarterly*, 13(4), 641–661. <https://doi.org/10.1080/01436599208420302> Taylor & Francis Online
- Godinez, J. R., & Liu, L. (2015). Corruption distance and FDI flows into Latin America. *International Business Review*, 24(1), 33–42. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2014.05.006>
- Goel, R. K., & Nelson, M. A. (2005). Economic freedom versus political freedom: Cross-country influences on corruption. *Australian Economic Papers*, 44(2), 121–133. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8454.2005.00253.x>
- Goel, R. K., & Nelson, M. A. (2010). Causes of corruption: History, geography and government. *Journal of Policy Modeling*, 32(4), 433–447. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2010.05.004> IDEAS/RePEc
- Graeff, P., & Mehlkop, G. (2003). The impact of economic freedom on corruption: Different patterns for rich and poor countries. *European Journal of Political Economy*, 19(3), 605–620. [https://doi.org/10.1016/S0176-2680\(03\)00015-6](https://doi.org/10.1016/S0176-2680(03)00015-6)
- Hasenbalg, C. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Graal.
- Husted, B. (1999). Wealth, culture and corruption. *Journal of International Business Studies*, 30(2), 339–359. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490073>
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2010). Changing mass priorities: The link between modernization and democracy. *Perspectives on Politics*, 8(2), 551–567. <https://doi.org/10.1017/S1537592710001258>
- Klitgaard, R. (1988). *Controlling corruption*. University of California Press.
- Lambsdorff, J. G. (2007). *The institutional economics of corruption and reform: Theory, evidence and policy*.

- Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492617>
- McMann, K., Pemstein, D., Seim, B., Teorell, J., & Lindberg, S. I. (2020). Explaining differing perceptions of corruption: Evidence from public opinion surveys worldwide. *World Development*, 135, 105118. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105118>
- Melgar, N., Rossi, M., & Smith, T. W. (2010). The perception of corruption. *International Journal of Public Opinion Research*, 22(1), 120–131. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edp058>
- Paldam, M. (2002). The cross-country pattern of corruption: Economics, culture and the seesaw dynamics. *European Journal of Political Economy*, 18(2), 215–240. [https://doi.org/10.1016/S0176-2680\(02\)00078-2](https://doi.org/10.1016/S0176-2680(02)00078-2)
- Rock, M. T. (2009). Corruption and democracy. *The Journal of Development Studies*, 45(1), 55–75. <https://doi.org/10.1080/00220380802468579>
- Rose-Ackerman, S. (1999). *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139175098>
- Saha, S., & Su, J.-J. (2012). Investigating the interaction effect of democracy and economic freedom on corruption: A cross-country quantile regression analysis. *Economic Analysis and Policy*, 42(3), 389–396. [https://doi.org/10.1016/S0313-5926\(12\)50036-6](https://doi.org/10.1016/S0313-5926(12)50036-6) IDEAS/RePEc
- Seligson, M. A. (2006). The measurement and impact of corruption victimization: Survey evidence from Latin America. *World Development*, 34(2), 381–404. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(05\)00168-3](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(05)00168-3)
- Shleifer, A. (1997). Government in transition. *European Economic Review*, 41(3–5), 385–410. [https://doi.org/10.1016/S0014-2921\(97\)00011-1](https://doi.org/10.1016/S0014-2921(97)00011-1)
- Silva, T. R., & Barreto, A. S. (2020). A percepção da corrupção nas regiões brasileiras: Uma análise regionalizada a partir da PNAD. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 304–325. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190180>
- Smith, A. (1983). *A riqueza das nações* (L. J. Baraúna, Trad.). Abril Cultural. (Obra original publicada em 1776)
- Sung, H.-E. (2004). Democracy and political corruption: A cross-national comparison. *Crime, Law and Social Change*, 41(2), 179–194. <https://doi.org/10.1023/B:CRIS.0000012324.74861.9b>
- Tanzi, V. (1998). Corruption around the world: Causes, consequences, scope, and cures. *IMF Staff Papers*, 45(4), 559–594. <https://doi.org/10.2307/3867585>
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Relume-Dumará.
- Transparency International. (2018). *Corruption Perceptions Index 2018*. <https://www.transparency.org/en/cpi/2018> (Executive summary PDF: https://images.transparencycdn.org/images/2018_CPI_Executive_Summary.pdf) [Transparency.org](https://www.transparency.org)+1
- Treisman, D. (2000). The causes of corruption: A cross-national study. *Journal of Public Economics*, 76(3), 399–457. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(99\)00092-4](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(99)00092-4)
- World Bank. (2020). *Enhancing Government Effectiveness and Transparency: The Fight Against Corruption*. <https://www.worldbank.org/en/topic/governance/publication/enhancing-government-effectiveness-and-transparency-the-fight-against-corruption> (PDF: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/235541600116631094/pdf/Enhancing-Government-Effectiveness-and-Transparency-The-Fight-Against-Corruption.pdf>) Banco Mundial+1
- World Bank. (2017). *World Development Report 2017: Governance and the Law*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/document/11544>

worldbank.org/entities/publication/85b1c626-91c8-5a31-a82b-e24bb4c981f0 Banco Mundial de Conhecimento Aberto

World Values Survey Association. (2024). *WVS Wave 7 (2017–2022): Documentation & Data*. <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp> World Values Survey

Welzel, C. (2013). *Freedom rising: Human empowerment and the quest for emancipation*. Cambridge University Press.

Welzel, C., & Inglehart, R. (2010). Agency, values, and well-being: A human development model. *Social Indicators Research*, 97(1), 43–63. <https://doi.org/10.1007/s11205-009-9557-z>

Zechmeister, E. J., & Zizumbo-Colunga, D. (2013). The varying political toll of concerns about corruption in good versus bad economic times. *Comparative Political Studies*, 46(10), 1243–1270. <https://doi.org/10.1177/0010414012472468>